

## ● POLÍTICA

# PS quer tornar público acervo documental das comissões de inquérito

RICARDO DUARTE FREITAS  
rfreitas@dnoticias.pt

O PS Madeira quer que seja garantida a transparência e o rigor em todos os processos relacionados com as comissões de inquérito que decorram no Parlamento Regional e para tal, deu entrada a um requerimento para que seja publicado no sítio da internet da Assembleia Legislativa todo o acervo documental – incluindo requerimentos apresentados, actas, transcrições e gravações das reuniões, diligências, relatório final e declarações de voto – das comissões parlamentares de inquérito realizadas e em curso.

“A constituição de uma comissão de inquérito pressupõe a necessidade de averiguar e aferir a forma como foram praticados determinados actos e procedimentos, nomeadamente situações que possam ser lesivas ou que possam pôr em causa o bem comum. Por isso, o acesso a todos os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito deve constituir um direito dos cidadãos”, refere o líder parlamentar do PS.

No entender de Rui Caetano, “não é aceitável que um cidadão de ple-

nos direitos não possa aceder a informações que são do interesse do bem comum”. Logo, “se as comissões de inquérito são para apurar a verdade, não faz sentido que essa mesma verdade fique fechada a sete chaves dentro de uma gaveta no arquivo do Parlamento, contribuindo apenas para adensar as suspeitas que estão na base da sua constituição”, sustenta o deputado.

Conforme dá conta o dirigente socialista, aquando da pesquisa sobre as comissões parlamentares de inquérito no site da Assembleia apenas é possível encontrar a designação das comissões realizadas, bem como a indicação dos membros que as compuseram.

Ora, entende o PS que, atendendo ao interesse público das matérias objecto de inquérito, seria de esperar que todo o acervo documental correspondente fosse tornado público, por meio de publicitação no referido sítio da internet da Assembleia Legislativa.

Lembram os socialistas que, no passado, foram constituídas várias comissões de inquérito, designadamente sobre a actuação do Governo Regional no que se refere à extrac-



Rui Caetano quer toda a documentação disponível no site do Parlamento.

## SOCIALISTAS DERAM ENTRADA A REQUERIMENTO PARA GARANTIR TOTAL TRANSPARÊNCIA

ção de inertes nas ribeiras e na orla costeira da Madeira, sobre o contrato de concessão do Centro Internacional de Negócios da Madeira e sobre as falhas na operacionalização da linha de crédito ‘Investe-RAM’. Entretanto, decorrem os trabalhos da comissão de inquérito sobre o alegado favorecimento de grupos económicos por parte do Governo Regional e as “obras inventadas”, na sequência das acusações feitas pelo ex-secretário regional Sérgio Marques, que podem configurar a prática de diversos crimes.

No que a este último caso diz respeito, o PS Madeira já deu também entrada a um requerimento a solicitar que todos os esclarecimentos decorram na sala do Plenário, sejam abertos à comunicação social e tenham transmissão online no site da Assembleia, conforme o DIÁRIO noticiou.

# Promoção da igualdade é compromisso

Foi ontem instalado o Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação do Município do Funchal. Foram empossados os dois conselheiros municipais, Rubina leal (figura externa) e Ferdinando Jardim (figura interna), numa cerimónia que decorreu no Salão Nobre da edilidade.

Em nota emitida, a autarquia afirma que a revisão do regulamento municipal, “a ser aprovada pela Assembleia Municipal a 24 de Fevereiro”, irá permitir criar a figura jurídica de conselheiro honorário, tendo o actual executivo



convidado Guida Vieira para desempenhar a função.

Durante a cerimónia, o presidente da Câmara do Funchal, Pedro Calado, reafirmou o compromisso nas políticas municipais de

promoção da igualdade e combate à discriminação. Um trabalho que pretende que seja “inclusivo” envolvendo transversalmente a sociedade civil, desde os mais novos aos mais velhos, real-

çando que “esta é uma causa de toda a sociedade acima de quaisquer interesses partidários ou quaisquer outros”.

O órgão consultivo do Funchal, presidido pela vereadora com o pelouro das Áreas Sociais, Helena Leal, é alargado a mais participantes. Além de constar todos os partidos representados na Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, diversas instituições e associações, estão também representadas três secretarias regionais que trabalham e se dedicam a esta matéria dos direitos e igualdade.

## Aprovado salário mínimo de 785 euros

A Comissão Especializada de Administração Pública, Trabalho e Emprego da ALM aprovou, ontem, por unanimidade e na especialidade a proposta de decreto legislativo regional que aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região este ano, que passa a ser de 785 euros.

## ‘Confiança’ quer mais limitações ao ruído

A equipa da coligação Confiança à Câmara do Funchal apresentou uma proposta que diz ser “uma solução para as recorrentes queixas sobre o ruído na cidade”. A proposta que será levada a Reunião de Câmara incide sobre a revisão do Regulamento 692/2015 e defende um debate abrangente.

## PCP pede mais para as zonas altas

“Não tem existido vontade política por parte do Governo Regional e das Autarquias na Região, para resolver muitos dos problemas com que se confrontam as populações que vivem nas chamadas zonas altas”. A afirmação é da dirigente regional do PCP, Herlinda Amado, em uma iniciativa política, no sítio do Rochão, na Camacha.

## Luz verde para melhorar a mobilidade

A Comissão dos Transportes e Turismo votou favoravelmente, por unanimidade, ao parecer intitulado ‘A avaliação da nova comunicação da Comissão Europeia sobre as regiões ultraperiféricas (RUP)’ no qual a eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar é relatora sombra pelo Grupo PPE, integra o PSD.

## Apelos à criação de um POSEI Transportes

O parecer do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre a Comunicação adoptada pela Comissão Europeia para as regiões ultraperiféricas foi ontem aprovado, por larga maioria, na Comissão de Transportes e Turismo. Sara Cerdas é negociadora pelo grupo dos Socialistas e Democratas (S&D), onde se integra o PS.